



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
NÚCLEO DE TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO**



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA AS DISCIPLINAS
DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

São Luís
2015

PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA AS
DISCIPLINAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

REITOR DA UNIVERSIDADE
Prof. Gustavo Pereira da Costa

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE
Prof. Walter Canales Sant'ana

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Profª. Andréa de Araújo

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Gilson Martins Mendonça

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO
Prof. Antonio Roberto Coelho Serra

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Marcelo Cheche Galves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
Prof. Porfírio Candanedo Guerra

DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
Profª Ana Lúcia da Cunha Duarte

COORDENADOR DO NÚCLEO DE TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO
Profª Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA
Prof. Iva Souza da Silva

COORDENAÇÃO GERAL
Profª Lourdes Maria de Oliveira Paula Mota

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	5
2.1 Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.....	5
2.2 Centro de educação, ciências Exatas e Naturais – CECEN.....	7
2.3 Núcleo de Educação Tecnológica da UEMA – UEMANET.....	7
3 JUSTIFICATIVA.....	8
4 OBJETIVOS.....	10
4.1 Objetivo Geral	10
4.2 Objetivos Específicos	10
5 PERFIL PROFISSIONAL.....	11
6 FUNDAMENTOS NORTEADORES DO PROGRAMA.....	12
6.1 Fundamentos legais.....	12
6.2 Fundamentos éticos-políticos.....	12
6.3 Fundamentos epistemológicos.....	16
6.4 Fundamentos didático-pedagógicos.....	18
7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURRÍCULO.....	19
7.1 Organização curricular.....	19
7.2 Distribuição das disciplinas.....	21
7.3 Ementas e bibliografias.....	21
7.4 Corpo docente.....	28
8 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	28
8.1 Tutoria.....	29
8.2 Vídeo-aulas.....	29
8.3 Vídeo-conferência.....	29
8.4 Fóruns e Chats.....	29

9 DIMENSÃO PRÁTICA.....	30
9.1 Atividades acadêmico-científico-culturais.....	30
9.2 Estágio Supervisionado.....	30
9.3 Trabalho de Conclusão de Curso.....	30
10 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

1.2 CURSO

Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação Profissional.

1.3 COORDENAÇÃO

Prof^a Lourdes Maria de Oliveira Paula Mota

1.4 DURAÇÃO: 18 meses

1.5 PERÍODO: 2016 a 2018

1.6 NÚMERO DE VAGAS: 90 vagas

1.7 PÚBLICO – ALVO

Portadores de diploma de graduação/bacharelado, prioritariamente professores de rede de ensino público (Estadual e Municipal), podendo alcançar professores de rede particular de ensino ou aqueles, que nelas pretendem inserir-se.

2 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, instituição Pública de Ensino Superior, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão - FESM. Esta, criada pela Lei 3.260 de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. Constituída inicialmente por quatro unidades de ensino superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias, a FESM incorporou, em

1975, a Escola de Medicina Veterinária e em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz.

A FESM foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão através da Lei nº 4.400 de 30 de dezembro de 1981 e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143 de 25 de março de 1987. Reorganizada conforme Leis nº 5.921, de 15 de março de 1994 e 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei nº 6.663, de 04 de junho de 1996, é uma Autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº.352.421/0001-68.

A UEMA é atualmente, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico – SECTEC e goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com o que preceitua o art. 272 da Constituição do Estado do Maranhão.

A autonomia didático-científica consiste no exercício de competência privativa para estabelecer a sua política e os seus programas de ensino, pesquisa e extensão, criar, modificar, fundir ou extinguir cursos e currículos pleno, conferir graus, expedir diplomas e certificados, assim como outorgar bolsas, prêmios, títulos e outras dignidades universitárias.

São objetivos da UEMA promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, promover a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A Universidade Estadual do Maranhão está organizada com observância dos seguintes princípios:

- I - unidade de patrimônio e administração;
- II - estrutura orgânica, com base em departamentos, coordenados por centros, tão amplos quanto lhes permitam as características dos respectivos campos de atividades;
- III - indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV - descentralização administrativa e racionalidade de organização, com plena utilização de recursos materiais e humanos;

V - universidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações, e de áreas técnico-profissionais;

VI - flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos estudantes, peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa;

VII - liberdade de estudo, pesquisa, ensino e extensão, permanecendo aberta a todas as correntes de pensamento, sem, contudo, participar de grupos ou movimentos partidários;

VIII - cooperação com instituições científicas, culturais e educacionais, públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a consecução de seus objetivos.

2.2 Centro de educação, ciências Exatas e Naturais – CECEN

O Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais nasceu em 25 de abril de 1994, face a edição do Decreto Estadual nº 13.819, que trata da reorganização da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Nele, estão inseridos os Cursos de Licenciatura em: Letras, Curso de Ciências (Habilitação em Matemática, Química, Biologia e Física), Ciências Biológicas, Física, Química, Matemática, Geografia, História, Licenciatura em Música, Pedagogia e Formação Pedagógica.

Para atender aos cursos o CECEN possui os seguintes Departamentos: Letras, Educação e Filosofia, Geografia e História, Química e Biologia e Educação Física.

2.3 Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA – UEMANET

Na década de 90, mais precisamente nos anos de 1993/1994, a Universidade Estadual do Maranhão lançou um Programa Especial de Capacitação de Docentes do Sistema Estadual de Ensino – PROCAD, direcionado para capacitar docentes da rede estadual de ensino, no Estado do Maranhão.

A partir de 1996, ampliou-se a abrangência do PROCAD, com a participação de docentes das redes municipal, comunitária e privada de ensino, com o advento de Prefeituras Municipais, além de escolas comunitárias e estabelecimentos privados de ensino.

O Programa acima referido graduou suas primeiras turmas entre os anos letivos de 2006 e 2007, quando já terá capacitado mais de 30.000 (trinta mil) professores em todo o Estado do Maranhão.

Por perceber a educação a distância como um redimensionamento espaço-temporal e uma forma concreta de democratização do ensino, capaz de romper aos limites dos PROGRAMAS presenciais, a Resolução nº. 7.3/98 – CEPE/UEMA, aprovou uma nova versão do então PROCAD, na modalidade a distância, com a consultoria da Universidade Federal de Mato Grosso, para oferta de Cursos de Graduação.

Contudo, foi somente no ano de 2000 que a Resolução nº. 239/2000 – CONSUN/UEMA, cria o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), o qual propicia a esta IES, credenciamento pela Portaria nº. 2.216, de 11 de outubro de 2001 – MEC, para a oferta do Curso de Licenciatura Plena em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, a distância.

Evidencia-se, por todo o exposto, o ingente esforço da Universidade Estadual do Maranhão na qualificação do professorado deste Estado, no estrito cumprimento dos ditames da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB 9394/96.

Em 2008, o Núcleo de Educação a Distância – NEAD passou a denominar-se Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA – UEMANET.

O Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA é responsável pela concepção, difusão, gestão e avaliação de projetos em Educação a Distância, oferecidos pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que tem como objetivo atender às demandas da sociedade maranhense no que concerne à formação de profissionais nas diversas áreas de conhecimento, em nível médio, ensino profissional, ensino superior (graduação e pós-graduação) e formação continuada.

3 JUSTIFICATIVA

A educação tende a ser cada vez mais valorizada na sociedade do conhecimento e da informação, e a universidade passa a ser um local privilegiado para as pesquisas e discussões ligadas às novas exigências, especialmente, no que se refere aos cursos de formação de professores.

A qualidade docente é uma condição necessária para que os sistemas educativos alcancem níveis de qualidade satisfatórios nas atividades que desenvolvem.

Dessa forma, o professor precisa ter uma cultura geral sólida, saber aprender a aprender, agir com eficiência, ser comunicativo, conhecer e dominar as novas tecnologias, ser um articulador das diferentes fontes de informação e de um processo educativo que responda às necessidades atuais.

Assim, é relevante uma formação que, leve em conta todas as dimensões do sujeito, que priorize a pesquisa, com fundamentação teórica e prática, voltada para a produção de conhecimentos inovadores e criativos.

A realidade maranhense ainda apresenta um número significativo de profissionais que atuam na área da educação sem a fundamentação científica e pedagógica essenciais ao desempenho docente, o que tem contribuído para agravar os problemas de qualidade de ensino.

Atenta a esse panorama, a Pró-Reitoria de Graduação, da Universidade Estadual do Maranhão, através do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN vem oferecendo, desde 1992 o Curso de Formação Pedagógica – Esquema I, uma vez que a rede pública e privada de ensino do Estado do Maranhão contava com um contingente altíssimo de professores com licença precária, sem a devida habilitação para o magistério.

A Lei n.º 12.066, de 13 de janeiro de 1993, já previa a qualificação, através do Esquema I.

A Resolução n.º 220/94, do Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento do programa em São Luís, para o Ensino de 2º Grau, junto a UEMA, sendo o Edital n.º 16/96-PREPE o primeiro instrumento convocatório para realização do referido Programa.

A Resolução n.º 021/99, do Conselho Estadual de Educação, reconhece o Esquema I como o Programa Especial Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Ensino Médio e Educação Profissional em Nível Técnico, ministrado em São Luís (MA), pelo Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN da UEMA.

O Parecer e Voto exarado pela Comissão de Ensino Superior, Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, que gerou a resolução supra, recomendaram melhorias junto ao programa, fato que de certa forma já fora observado pela UEMA, inclusive evitando-se sua perenidade ao rever a proposta curricular anteriormente elaborada.

Foi assim consolidado o Esquema I que previa a formação pedagógica para portadores de diplomas de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento e que, mediante este programa, passam a ter qualificação para o magistério..

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.349/96, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 63, item II, menciona textualmente: “ Programas de Formação Pedagógica para Professores Portadores de Diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar à Educação Básica”.

Com advento da LDB Nª 9.394/1996, a Resolução nº 02/97, do Conselho Nacional de Educação, cria o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação Profissional em Nível Técnico e determina que sua estruturação curricular deva ser articulada com os seguintes núcleos: Contextual, Estrutural e Integrador. O primeiro contempla as disciplinas de formação pedagógica; o segundo compreende os conteúdos teóricos e o terceiro, a prática.

Neste contexto, a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, em obediência a legislação vigente e em resposta a essa problemática do sistema de educação, organizou e implantou o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação Profissional em Nível Técnico.

Evidencia-se, por todo o exposto, o ingente esforço da Universidade Estadual do Maranhão na qualificação de docentes deste Estado, no estrito cumprimento dos ditames da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB 9394/96, definindo uma política de formação de docentes para atuarem na Educação Básica, considerando as fortes demandas nessa área, valendo-se dos recursos disponibilizados pelo Núcleo de Tecnologia da Uema-UEMANET.

São inegáveis os benefícios da Educação a Distância, uma vez que favorece a auto-aprendizagem e conseqüente autonomia dos estudantes, através das tecnologias de comunicação, facultando, portanto o “aprender a aprender”, fundamental na denominada sociedade do conhecimento em que se movem os cidadãos hoje.

O Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, na modalidade a distância, foi ofertado inicialmente em 2009. Tendo sido

Nesse sentido, justifica-se a oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, na modalidade a distância, uma vez que seu público-alvo é constituído por profissionais que possuem nível superior, que atuam ou pretendem atuar como docentes nos níveis fundamental, médio e na educação profissional em nível técnico.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Oferecer formação pedagógica aos portadores de diploma de graduação/bacharelado, que atuam ou pretendem atuar como docentes no ensino fundamental, médio e educação profissional em nível técnico, no sistema educacional, por meio do aprofundamento teórico e prático de saberes essenciais à melhoria da qualidade da educação.

4.2 Específicos

- Compreender a problemática educacional brasileira, instrumentalizando os alunos para atuarem nesta realidade, utilizando vivências próprias e adquiridas.
- Contribuir para a aquisição de conhecimentos e habilidades exigidas no desempenho da docência no contexto atual da educação;
- Desenvolver competências e habilidades referentes a organização dos processos de planejamento, ensino-aprendizagem e avaliação.
- Contribuir na formar profissionais comprometidos com seu processo de auto-educação e de formação continuada.

5 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

O mínimo que se exige de um professor é que ele seja capaz de refletir sobre a educação escolar, de interrogar os sentidos vários do trabalho educativo, de compreender as razões que conduziram à profissionalização do seu campo acadêmico. O educador deve ser capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar as suas ações nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar na construção de uma escola mais atenta à realidades dos diversos grupos sociais.

Terá o professor a possibilidade de compreender toda a complexidade dos processos educativos, construindo uma ação conjunta que ajude a enfrentar os problemas educativos atuais? Terá o educador a possibilidade de parar por um instante, olhando para o modo como o passado foi trazido até o presente para disciplinar e normalizar sua ação?

A ação educativa para o desenvolvimento de competência e habilidades só existe a partir dessa dupla possibilidade, que implica novos entendimentos da ação educativa e da historicidade dessa ação educativa. Trata-se, no primeiro caso, de romper com uma visão “natural” que oculta a historicidade da reflexão pedagógica e impede a compreensão da forma como se construíram os discursos científicos na área educativa; trata-se no segundo caso, de aceitar que a história da ação educativa não é apenas um objeto que podemos estudar, mas sobretudo uma relação com o passo mediada por uma forma específica de discurso escrito.

Nesse sentido, propõe-se que a identidade do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente seja caracterizada pela indissociabilidade entre a teoria e a prática, relativa ao processo educativo, ocorrido nas instituições escolares dos diversos sistemas onde o futuro professor irá atuar como profissional da educação básica. Este profissional deve possuir conhecimento para pesquisar, diagnosticar, analisar, compreender, acolher, resignificar, redefinir e apontar possibilidades para a atuação dos profissionais da educação em seu campo de trabalho através das seguintes competências e habilidades.

- Compreender o caráter histórico, sócio-político e cultural da educação, de modo a direcionar o trabalho pedagógico para ajudar a construir uma sociedade mais justa, humana e democrática;
- Identificar as necessidades e aspirações da sociedade no tocante a educação escolar empenhando-se na luta pela democratização dos conhecimentos científicos, histórico-cultural na construção de uma escola pública de qualidade;
- Refletir e reconstruir, permanentemente, sua prática, desenvolvendo uma atitude atualizada e mudanças inovadoras na prática educativa.
- Comprometer-se com o seu processo de formação continuada, desenvolvendo uma atitude favorável para a atualização de mudanças inovadoras na prática educativa.

6 FUNDAMENTOS NORTEADORES DO PROGRAMA

6.1 Fundamentos legais

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.349/96, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 63, item II, que menciona textualmente: “ Programas de Formação Pedagógica para Professores Portadores de Diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar à Educação Básica.”
- Resolução nº 02/97, do Conselho Nacional de Educação, cria o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação Profissional em Nível Técnico.
- Resolução Nº 130/2014 – CEE, que Reconhece o Curso de Formação Pedagógica de Docentes para o Ensino Fundamental (6º - 9º ano), Ensino Médio e Educação Profissional – Licenciatura a distância.
- A Resolução CNE/CP Nº 1/2002 Definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores para Educação Básica.
- O Parecer CNE/CP 5/2006, que aprecia indicação CNE/CP Nº 2/2002 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

6.2 Fundamentos éticos-políticos

A base ético-política que o Projeto Político-Pedagógico propõe ao Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, no momento em que, nesse Centro, estão sendo implantadas reformas educacionais e medidas administrativas para o alcance de competências, uma das palavras-chave é **qualidade**.

O valor da aprendizagem escolar está justamente na capacidade de “introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais providas pelo professor” (LIBÂNEO,1998,p.28). Este deve, portanto, refletir os valores e atitudes que posicione a comunidade acadêmica no contexto da sociedade. As novas exigências educacionais podem às universidades um novo professor capaz de ajudar sua didática às novas realidades do conhecimento e do aluno. O professor precisa, no mínimo, adquirir uma sólida cultura geral, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio dos meios de informações, habilidades de articular suas aulas com as mídias e multimídias.

São muitas as preocupações dos professores: capacitação, formas de lidar com os alunos, salários, condições de trabalho etc., porém, a natureza formadora da docência, que não pode reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, enfatiza a exigência ético-democrática do respeito ao pensamento, ao gosto, aos receios, aos desejos, à curiosidade do educando.

Respeito, contudo, não pode eximir o educador, enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever de estabelecer limites, de propor tarefas, de cobrar a execução das mesmas. Limite sem os quais as liberdades correm o risco de perder-se em licenciosidade, da mesma formas como, sem limites, a autoridade se extravia e vira autoritarismo. (FREIRE,1997, p.39).

A impossibilidade de educação escolar ser neutra coloca aos professores a imperiosa necessidade política de optar, de decidir, de romper, de escolher. Mas isso tudo lhe coloca a necessidade de ser coerente com a sua opção. Coerência que, jamais podendo ser absoluta, cresce no aprendizado que o professor faz pela percepção e constatação das incoerências em que se depara na sua ação. É descobrindo a

incoerência em que cai que avança no sentido de ser coerente. Esse exercício de busca e de superação é, em si, já um exercício ético:

A necessária promoção da ingenuidade a crítica não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Docência e boniteza de mãos dadas. (...) Só somos porque estamos sendo, é condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quando. Mais fora dela. (FREIRE, 1999, p.3-6-7).

E por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: O seu caráter armador.

Com base na legislação que normatiza o ensino fundamental - a LDB em seu Art. 5º afirma que "o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo".

No artigo 32 afirma que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Lei nº 9.394/2006).

O Programa do CECEN/UEMA visa à formação de professores com base nos princípios, éticos, estéticos e dos direitos políticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, portanto, busca:

- **Preparação para o mundo do trabalho** à medida que visa capacitar o indivíduo a viver de forma cooperativa e útil na sociedade em que está inserido. Que articule o conhecer, o valorizar e o agir.

- **Formação para cidadania crítica** onde o profissional cidadão-trabalhador capaz de interferir na realidade para transformá-la e não apenas para integrar o mercado de trabalho.
- **Conhecer estratégias do ensinar a pensar e ensinar a aprender.** A idéia do “ensinar a pensar” está associada à idéia dos professores em prover os meios (auto/sócio) construção do conhecimento pelos alunos. Muitos alunos desenvolvem por si próprios os procedimentos alternativos de aprendizagem ao modo de pensar. Outros, no entanto, têm dificuldades de usar os conceitos, organizar ou reestruturar o pensamento, adquirir métodos próprios de trabalho (NISBET e SHUCKSMITH, 1994). E certo, assim, que a tarefa de ensinar a pensar requer dos educadores o conhecimento de estratégias de ensino e de desenvolvimento de suas próprias experiências de pensar. Sim o professor carece de habilidades de pensamento, se é incapaz, ele próprio, de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem será impossível ajudar os alunos a potencializarem suas capacidades cognitivas.
- **Ajudar os alunos a buscarem as perspectivas críticas dos conteúdos.** Capacidade de problematizar. Trata-se de uma abordagem crítica-social dos conteúdos em que os objetos do conhecimento são aprendidos nas suas propriedades e características próprias e, ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos de realidade, ou seja, contextualizar um tema de estudo, buscando compreender suas ligações com a prática humana.
- **Assumir a sala de aula como um processo de responsabilidade comunicativa.** Os requisitos pedagógicos da comunicação escolar já eram conhecidos dos educadores, antes mesmo que ocorresse maior aproximação entre teoria da educação e teoria da comunicação. Todavia, a concorrência a que o professor se obriga com outros meios de comunicação requer dele aprofundar-se nas técnicas de comunicação, tais como formas mais eficientes de expor e explicar conceitos e de organizar informações, de mostrar ou demonstrar processos, bem como o domínio da linguagem informacional, postura corporal, controle da voz, conhecimento e uso dos meios de comunicação na sala de aula.

- **Reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e da informação da sala de aula.** A escola continuará durante muito tempo dependendo da sala de aula, do quadro e dos cadernos. Mas as mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na vida cotidiana e na escola. Não se pode ignorar a televisão, o vídeo, a internet e outros veículos modernos de comunicação. Os meios de comunicação social fazem parte do conjunto das mediações culturais que caracterizam o ensino. Como tais, são portadores de idéias, emoções, atitudes, habilidades e, portanto, traduzem-se em objetos e métodos de ensino (REZENDE e FURASI, 1994), os meios de comunicação, segundo Libâneo (1998), apresentam-se, pedagogicamente, sob três formas conjugadas: como conteúdo escolar, como competência e atitudes profissionais dos professores e como meios tecnológicos de comunicação humana. A tecnologia está para subsidiar o professor e não para substituí-lo ou escravizá-lo.
- **Atender a diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula.** O respeito à diversidade de pensamento deve assegurar a convivência na diversidade. Essa atitude diz respeito à preocupação de vincular o trabalho que se faz na sala de aula à vida que os alunos levam fora da escola, sem, contudo, permitir que as diversidades sejam motivos de exclusão.
- **Investir na atualização científica, técnica e cultural, como ingrediente como processo de formação continuada.** O exercício do trabalho docente requer, além de uma sólida formação geral, um esforço contínuo de atualização científica na sua disciplina e em campo de outras áreas relacionadas, bem como a incorporação das inovações tecnológicas.
- **Integrar a dimensão afetiva no exercício da docente.** A cultura escolar inclui também a dimensão afetiva. A aprendizagem de conceitos, habilidade e valores envolvem sentimentos, emoções ligados aos demais campos onde o aluno está integrado. Zemelmam (1994, p. 72)) enfoca a dimensão científica/dimensão afetiva ao recomendar, na formação do ser humano, a articulação entre a dimensão estritamente cognitiva, suscetível de uma linguagem analítica, inclusive formal, com a dimensão gnosiológica. “Não podemos trabalhar somente com linguagem analíticas, mas saber articular linguagens simbólicas que nos mostram realidades

diferentes”. Proporcionar uma aprendizagem significativa supõe, por parte do professor, conhecer e compreender motivações, interesses e necessidades e alunos diferentes entre si, capacidade de comunicação como o mundo do outro, sensibilidade para situar a relação docente no contexto físico, social e cultural do aluno.

- **Desenvolver comportamento ético e político e saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, a o ambiente, as relações humanas e a si próprio.** Explicitando valores e atitudes ante o mundo da política e da economia, o consumismo, o sexo, as drogas, a predação ambiental, a violência e também perante as formas de exploração que se mantém no capitalismo contemporâneo.

6.3 Fundamentos epistemológicos

Se por epistemologia entende-se a parte da filosofia cujo objeto é o estudo reflexivo e crítico da origem, natureza, limites e validade do conhecimento humano, do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes se pauta, antes de tudo, por uma forma de conhecimento que privilegie a apropriação da realidade, através da investigação onde a pedagogia interroga-se sobre seu próprio discurso, entendido não só como um tipo de linguagem, como léxico, sintaxe e semântica, mas também conjunto de modelos (científico, argumentativo e interpretativo) de organizar lógica que a regulam procurando pôr às claras os seus diversos componentes e a característica de sua especificação, reconhecendo que isso se delinea no cruzamento de um pluralismo de idéias em que o discurso científico, ideológico-político e filosófico se coloque, nem sempre, de maneira pacífica, mas intencional, não equilibrado, cheio de oposição.

Adota-se, aqui, a idéia de CAMBI (1999, p. 635) onde afirma que a pedagogia é sempre ciência e política e filosofia: “enquanto se nutre e se apropria do método científico, também se coloca num tempo histórico-ideológico, assumindo uma perspectiva ideológica, política, assim como escolher valores e os discute, imprime rigor ao próprio discurso segundo modelos racionais e críticos”. Dada essa complexidade de discurso, com uma variedade de riqueza, mas também de conflitos, é necessário investir a pedagogia de uma ação que fixe suas características epistêmicas, exigindo da

própria pedagogia uma interpretação e uma reconstrução, um controle de seu discurso e, portanto, sua identidade como saber.

Qual é, então, a epistemologia exigida para a pedagogia que, no atual momento histórico, lhe permite incluir-se de elementos mais que formas organizativas do processo educacional? A crise de identidade que investiu a pedagogia nos anos 60 determinou, na década seguinte, uma retomada de reflexão em torno do estatuto lógico da própria pedagogia, dando lugar a uma rica produção de pesquisas epistemológicas que foram se articulando em muitas frentes e segundo múltiplos modelos, dos quais, a nosso ver, o modelo dialético é o mais complexo.

Além dos clássicos Lênin, Max e Gramsci devem ser lembradas as posições assumidas por Paulo Freire que desde sua primeira obra, apresenta uma concepção de educação que se desenvolverá no decorrer de toda a sua trajetória como teórico da educação e da pedagogia. Paulo Freire parte sempre de uma análise do contexto da educação. Em educação como prática de liberdade o contexto é o processo de desenvolvimento econômico e o movimento de superação da cultura colonial, onde procura mostrar o papel político que a educação pode vir a desempenhar na construção de uma nova sociedade.

Na pedagogia do oprimido, Freire completa suas concepções pedagógicas com uma ótica de classe mais nítida, com uma crítica à pedagogia capitalista que ele chama de “bancária”. “Nessa obra, evidencia os mecanismos opressivos da educação capitalista, cuja essência é a disciplinação, iniciando pela discussão da constituição histórica da consciência dominada e sua relação dialética com a consciência dominadora” (GADOTTI, 1995, p.28).

Ao se referir ao conhecimento, Paulo Freire afirma que o homem se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade.

A elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de conscientização. O conhecimento é elaborado e criado a partir da mútua relação pensamento e prática. Como processo e resultado consiste ele na superação da dicotomia sujeito – objeto.

MIZUKAMI (1996, p.91) ao se referir ao conhecimento na concepção freirana afirmou:

O processo de conscientização é sempre inacabado. Contínuo e progressivo, é uma aproximação crítica da realidade que vai desde as formas consciência mais primitivas até a mais crítica e problematizadora. Implica a possibilidade de transcender a esfera da simples apreensão da realidade para chegar a uma esfera mais crítica na qual o homem assume uma posição epistemológica: a realidade se dá como objeto cognoscível ao homem.

Conhecimento, pois, para Paulo Freire, implicar e consiste, conscientização, portanto, um progressivo desvelamento da realidade. "... quanto mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomenológica do objeto que se pretende analisar" (FREIRE, 1999, p.30). Desse modo, torna-se um saber mais atento, mais ativo na pesquisa sobre a sua própria teoria.

6.4 Fundamentos didático-pedagógicos

Tendo em vista que o objetivo da Educação Básica é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, a formação do educador deve assegurar posturas pedagógicas coerentes com o estabelecido na legislação.

Há necessidade de observar as matrizes curriculares que descrevem o objeto da avaliação, como um referencial curricular mínimo a ser avaliado em cada disciplina e série, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos. Para tanto há que se investir na qualificação da ação docente no sentido de garantir uma aprendizagem efetiva e uma escola de qualidade para todos e contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos docentes.

Para desencadear uma dinâmica de interação entre os saberes pedagógicos produzidos a didática é vista como direcionamento do ensino e da aprendizagem, servirá, aqui, de elemento articulador entre as proposições teóricas do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes e a prática escolar propriamente dita. Ela será a mediação necessária, tanto na fase de planejamento quanto na fase de execução para garantir a tradução da teoria pedagógica em prática pedagógica.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURRÍCULO

7.1 Organização curricular

Formar profissionais da educação implica em planejar e desenvolver uma proposta curricular articulada às competências identificadas como necessárias e fundamentadas para o exercício da prática educativa. São estas competências que, ao servirem de bases para a organização curricular, direcionam o trabalho pedagógico, permitindo que os conteúdos selecionados possam articular-se um modo mais orgânico.

No presente projeto, o currículo se constitui, pois, como um projeto educacional planejado a partir de eixos científicos e culturais e das experiências educacionais que se deseja desenvolver a fim de formar profissionais-cidadãos com o domínio de conhecimento, procedimentos e atitudes considerados relevantes para uma prática pedagógica de forma crítica e criativa.

Trata-se de um currículo que possibilita um maior atendimento a interesses e necessidades do aluno, criando oportunidades de opção por estudos de aprofundamento em áreas específicas de atuação pedagógica, permitindo o enriquecimento e a ampliação de temáticas que irão complementar sua formação. Isso significa que o aluno terá maior autonomia para participar da construção e ampliação de seu currículo.

Assim sendo, conforme a Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997 do CNE o presente curso está estruturado como segue:

Núcleo Contextual - Visa à compreensão do processo ensino-aprendizagem, considerando tanto as relações internas quanto as externas e suas influências no processo.

Núcleo Estrutural - Visa à compreensão das diferentes dimensões do processo educativo e a competência para organizá-lo conforme o contexto onde a escola está inserida.

Núcleo Integrador - Visa compreender espaços e tempos curriculares especificamente voltados para o trabalho interdisciplinar e para a ampliação do universo cultural do professor e para a relação teoria/prática centrada na escola e suas relações.

	Total h/a
--	-----------

Núcleo Contextual (NC)		
Educação a Distância – 45horas		
História da Educação – 60 horas		
Filosofia da Educação – 60 horas		
Sociologia da Educação – 60 horas		
Psicologia da Educação – 60 horas		
Metodologia da Pesquisa em Educação – 60 horas		
Política e Legislação Educacional – 60 horas		405
Núcleo Estrutural (NE)		
Didática – 60 horas		
Metodologia do Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional – 60 horas		120 h/a
Núcleo Integrador (NI)		
Seminário I - 30		
Seminário II – 30 horas		
Estágio no Ensino Fundamental – 135 horas		
Estágio no Ensino Médio - 90		
Estágio no Ensino Profissional – 90 horas		375
Total de carga horária		900h/a

Os créditos deverão ser cumpridos no prazo de 18 meses, sendo exigida a apresentação e defesa de Monografia ao final do Curso, conforme Resolução nº 009/87 – CEPE-UEMA e Normas Gerais de Graduação da UEMA.

7.2 Distribuição das disciplinas

ORDEM	DISCIPLINA	CH
01	Educação a Distância	45

02	História da Educação	60
03	Filosofia da Educação	60
04	Sociologia da Educação	60
05	Psicologia da Educação	60
06	Seminário Integrador: Fundamentos da Educação	30
07	Política e Legislação Educacional	60
08	Metodologia da Pesquisa em Educação	60
09	Didática	60
10	Metodologia do Ensino	60
11	Seminário Integrador: O Processo Ensino-Aprendizagem	30
12	Estágio no Ensino Fundamental	135
13	Estágio no Ensino Médio	90
14	Estágio na Educação Profissional	90
Total de CH		900
	Monografia	X

7.3 Ementas e bibliografias

Educação a distância

I – EMENTA

Histórico Fundamentos Legais, conceituação, objetivos, características, componentes, sistema de Educação a Distância, tecnologia educacionais, planejamento de programas de Educação a Distância na perspectiva interdisciplinar.

II – BIBLIOGRAFIA

Art.80- Lei LDB nº 9.394/96.

MEC. Decreto nº 2.494 de 10 de janeiro de 1998. Brasília [s/d]

MEC.Brasil, Decreto 2.561/98.

MEC. Portaria nº 301/98

MEC.Resolução CNE/CES nº 1/2001

PRETI, Oreste. Educação a Distância. Cuiabá : UFMT, 1996

ALMEIDA SÁ, Irani Maria de. Educação a Distância: processo contínuo de inclusão social. Fortaleza: Conselho de Educação do Ceará. 1998.

ARETIO, Garcia. Educación a distancia hoy. Madrid: UNED, 1994

CHAVES, Eduardo. Tecnologia na Educação: conceitos básicos. INTERNET.

GONÇALVES, C.T. Fernández. Quem tem medo do ensino a distância? Revista Educação a Distância, nº 7-8, 1996, INED/IBASE.

ALVES, João Roberto Moreira. Administração da Educação a Disciplina. Rio de Janeiro: IPAE, 1999.

POLONI, Delacir A. Ramos. Integração a interdisciplinaridade: uma ação pedagógica. INTERNET.

MEC – Políticas Educacionais. Qual a legalidade da EAD no Brasil?. www.mec.gov.br. Educação à Distância. Revista em aberto. Brasília: INEP, ano 16, nº 70, abr/jun 1996.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. USP/SP.

<http://www.eca.usp.br/prof.moran>.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a Distancia – uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 25-47

OLIVEIRA, Guimarães Oliveira. Educação a Distancia na Transição paradigmática. 2 ed. São Paulo: Papirus, 2006. p. 19-44.

PRETI, Oreste (org); NEDER, Cavalli; ALONSO, Kátia Morosov et all. Educação a Distancia – sobre discursos e práticas. Brasília: Líber Livro, 2005. p. 181-205

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de (org). Formação de Educadores a Distância e Integração de Mídias. São Paulo.

História da Educação

EMENTA:

História e História da Educação. Fases da História da Educação. O contexto sócio-econômico e político da colônia até 1996. As lutas em torno da legislação Brasileira e os movimentos em favor da Educação.

II – BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Historia da Educação**. São Paulo: Moderna 2000.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. São Paulo: Alínea, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Escola Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes 2000.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos et al. **Educação escola: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, M.^a L. S. . **História da Educação Brasileira: organização do espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 1999

RODRIGUES. Regina Nina. **Maranhão: Do Europeísmo ao Nacionalismo Política Educação**. São Luís: Sioge 1993

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Moraes 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Ibraga, 1986.

Filosofia da Educação

I-EMENTA:

Filosofia e filosofia da educação, problemas da filosofia da educação. A filosofia e as tendências pedagógicas.

II - BIBLIOGRAFIA

BUFFA, Éster et Alli. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. São Paulo: Cortez, 1999.

CRITELLI, Dulce Mara. **Educação e dominação cultural: tentativa de reflexão ontológica**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. , São Paulo:Atica1994.

FERREIRA, Nildes Teves. **Cidadania: uma questão para educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GANOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito**, São Paulo: Cortez, 1998.

LIBANEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1995.

NIESKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação: uma visão crítica**. São Paulo: Loyola, 2001.

SAVIANNI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 1993.

_____. **Escola e democracia**. São Paulo:Autores Associados, 1993.

_____. **Pedagogia histórico — crítico**. São Paulo Autores Associados, 1995.

SILVA, Sônia A.I.**Valores na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

Sociologia da Educação

I – EMENTA

Sociologia e educação. Relações entre escola e sociedade. Principais teorias sociológicas da educação. Estudo sociológico da política educacional brasileira. O processo da divisão do trabalho na escola. A escola e os movimentos sociais. Sociologia da escola.

II – BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Betty. A ; DUARTE, Newton. Socialização do saber escolar. São Paulo: Cortez, 1990.

FRANCO, Luís Antonio de Carvalho. A escola do trabalho da escola. São Paulo: Cortez, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e a educação. São Paulo Cortez, 1994.

MELLO, Guiomar de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cortez, 1995.

Psicologia da Educação

I - EMENTA

Aspectos Gerais da Aprendizagem. Produtos e Processos da Aprendizagem; As Relações de Força no Contexto Educacional; Teorias de Desenvolvimento e Aprendizagem; Dificuldades de Aprendizagem.

II - BIBLIOGRAFIA

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Escolar**. São Paulo: Ática, 2000.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza . **Psicologia da Aprendizagem**. 30 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CÓRIA SABINI, Maria Aparecida. **Fundamentos de Psicologia Escolar**. 4 Ed. São Paulo: Ática, 2000.

FONTANA, Roseli; Cruz, Maria Nazaré da. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. 12 ed. São Paulo. Ática, 2001.

Política e Legislação Educacional

I - EMENTA

A constituição federal e a lei de diretrizes a base da educação nacional da educação nacional nº9394/96. O ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional

na atual LDB. A Política de Formação dos Profissionais da educação. A Educação no Estado do Maranhão: uma análise.

II - BIBLIOGRAFIA

BRASIL.**Plano Decenal de educação para todos** . Brasília: MEC, 1994

BRASIL.**Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Lei nº.9.394/96.Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério**. Lei nº.9.424/96.Brasília: MEC, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves, **LDB Fácil Leitura Critico – compreensiva**: Artigo a Artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos, **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. São Paulo: Autores Associados, 1993.

Metodologia da Pesquisa em Educação

I EMENTA

O processo da pesquisa educacional. Bases epistemológicas e teórico-metodológicas da investigação educacional. Projeto e Relatório de pesquisa.

II - REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus P. de; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Projeto de pesquisa**: proposta metodológicas. Petrópolis: Loyola, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio educativo e educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei (org). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 2001.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2000.

Didática

I - EMENTA:

Didática-Concepção. Abordagens pedagógicas na prática escolar. Componentes que fundamentam a Ação Educativa. Organização do trabalho pedagógico. Prática laboral enquanto saber fazer dos conhecimentos didáticos.

II - BIBLIOGRAFIA

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2001.

GANDI, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2002.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar**. Porto alegre: Artmed. 1998.

Metodologia do Ensino

I - EMENTA:

Análise comparativa das concepções de metodologia do ensino. Estudo da relação teoria e prática na formação do professor. Aplicações metodológicas dos diversos componentes curriculares dos cursos de formação de educadores em nível fundamental, médio e na educação profissional. Tecnologias educacionais na formação docente.

II – BIBLIOGRAFIA

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Brasília: MEC, 1999.

RAYS, Oswaldo Alonso. A questão da metodologia do ensino na didática escolar. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 2000.

RESOLUÇÃO CEB Nº 02/99. Brasília: MEC.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papirus, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000

Estágio no Ensino Fundamental

I – EMENTA

Observação e análise crítica da prática docente do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/ planejamento da

intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.

II – BIBLIOGRAFIA

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2011.

RAYS, Oswaldo Alonso. A questão da metodologia do ensino na didática escolar. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 2000.

RESOLUÇÃO CEB Nº 02/99. Brasília: MEC.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000

Estágio no Ensino Médio

I – EMENTA

Estudo, análise global e crítica de situações da docência na escola brasileira e no Maranhão. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto do Ensino Médio para vivência de experiências didático-pedagógicas que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

II – BIBLIOGRAFIA

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE NORMAL EM NÍVEL MÉDIO. Parecer CEB Nº 01/99, Brasília: MEC.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.) **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Brasília: MEC, 1999.

TIBALLI, Elianda F. Arantes; CHAVES, Sandramara Matias. **Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

ZÓBOLI, Graziella. **Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente**. São Paulo: Ática, 2010.

Estágio na Educação Profissional

I – EMENTA

Observação e análise crítica da prática docente na educação profissional, em nível técnico, na escola – campo de estágio (formação profissional). Elaboração de projeto/ planejamento da intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.

II – BIBLIOGRAFIA

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papirus, 2010.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000

7.4 Corpo Docente

DISCIPLINA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
Educação a Distância – 45h	M ^a de Fátima Serra Rios	Mestre em Educação
História da Educação – 60 h	M ^a Lourdene Paula Costa	Mestre em Educação
Filosofia da Educação – 60 h	Leila Amun Alles Barbosa	Mestre em Educação
Sociologia da Educação – 60 h	Marcia Cristina Gomes	Mestre em Educação
Psicologia da Educação – 60 h	Ivone das Dores de Jesus	Mestre em Educação
Seminário I – 30 h	M ^a José Rabelo Aroucha	Mestre em Educação
Política e Legislação Educacional – 60 h	Iva Souza Silva	Mestre em Educação
Metodologia da Pesquisa em Educação – 60 h	Ana Lúcia Cunha Duarte	Doutora em Educação
Didática – 60 h	Joaires Sidney dos Santos Ribeiro	Mestre em Educação
Metodologia do Ensino – 60 h	M ^a das Graças Neri de Aguiar	Mestre em Educação
Seminário II – 30 h	M ^a José Rabelo Aroucha	Mestre em Educação
Estágio no Ensino Fundamental – 135 h	Heloisa Cardoso Varão Santos	Mestre em Educação
Estágio no Ensino Médio – 90	M ^a Goretti Cavalcante de Carvalho	Mestre em Educação
Estágio na Educação Profissional –	Dolores Cristina Sousa	Mestre em Educação

8 ASPECTOS METODOLÓGICOS

As metodologias a serem utilizadas no Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, na modalidade de Educação a Distância são múltiplas, visto que se ajustarão às propostas das disciplinas, às singularidades da educação a distância e aos princípios epistemológicos que regem a ação pedagógica do Programa.

8.1 Tutoria

A Tutoria é uma atividade de acompanhamento do estudante por um tutor com a ajuda de professores da equipe multidisciplinar ao longo da realização do Curso. O tutor é um profissional devidamente selecionado, a partir de critérios pré-estabelecidos, que orienta e acompanha os estudantes na sua trajetória durante todo o curso. Auxilia nas atividades de cada disciplina, devendo para tanto, possuir domínio dos conteúdos e atitudes coerentes com a sua função.

No desenvolvimento do Programa os alunos serão acompanhados por 01(um) tutor presencial, 01(um) tutor à distância e pelo professor de cada disciplina

Cada Tutor acompanhará em média, 25 alunos, promovendo diferentes atividades que poderão ser desenvolvidas através de orientações a distância e de encontros presenciais. Além desses encontros, os Tutores poderão realizar visitas às escolas e atender aos estudantes toda vez que for necessário. O tutor tira as dúvidas, discute questões relevantes do Curso e da formação dos estudantes, animando-os num clima de confiança e crescimento.

8.2 Vídeo-aulas

É uma produção de vídeo onde o professor, especialista em uma determinada atividade, demonstra conceitos e técnicas, relativos à sua disciplina.

8.3 Video-conferência

É um recurso utilizado para o grupo se comunicar através do computador e além de ter o contato visual, será possível falar e ouvir, realizar a apresentação de PowerPoint, tendo em vista discutir temas em determinadas disciplinas.

8.3 Fóruns e Chats

O fórum é uma [interface](#) realizada por meio de um quadro de mensagens, direcionadas a pessoas habilitadas ao acesso das mesmas. As mensagens são estruturadas de forma hierárquica, apresentando os assuntos em destaque. Apesar dessa hierarquia, o fórum traz o potencial do meio digital, por permitir dinâmicas hipertextuais e agregação de várias mídias.

O chat ou bate-papo traz como principal característica a comunicação, ou seja, a possibilidade de podermos interagir no mesmo momento, enviando mensagens e recebendo comentários de forma imediata. Apesar do chat apresentar algumas características semelhantes a exemplo de conversas entre amigos e colegas, é o seu formato digital que vai modificar a dinâmica comunicacional.

9 DIMENSÃO PRÁTICA

9.1 Atividades acadêmico-científico-culturais

Essas atividades encontram-se associadas às disciplinas, culminando nos Seminários além do Estágio Curricular, sendo desenvolvidas no decorrer do curso.

9.2 Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado deverá possibilitar ao estudante condições propícias ao desenvolvimento de sua prática docente, mediante a regência de classe e intervenção sistematizada em situações que se apresentem em sala de aula e na escola campo de estágio.

As atividades referentes ao Estágio Curricular correspondem a 405 (quatrocentos e cinco) horas e abrangem:

- a. Orientação e exercício teórico metodológico;
- b. Vivência escolar através das atividades didáticas;
- c. Observação e participação em sala de aula;

- d. Estudo e planejamento durante todo o estágio;
 - e. Atividades de pesquisa com estudantes (intervenção de proposta, feiras, excursões, cinema, teatro, festas comemorativas e outros eventos);
 - f. Regência de classe;
 - g. Elaboração e apresentação do Relatório de Estágio;
- A orientação, o acompanhamento à vivência escolar e a avaliação das atividades de estágio serão realizadas pelo tutor, conforme cronograma previamente definido.

9.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso – TCC é uma atividade integralizadora, que compreenderá na elaboração, apresentação e defesa de monografia individual, com defesa pública, a ser realizada ao final do curso.

Atuarão como orientadores, do trabalho monográfico, os professores das disciplinas, os tutores à distância e os tutores presenciais. Poderão ser convidados, como orientadores, os professores dos diversos *campi* da UEMA.

Para as defesas será elaborado um cronograma de forma a atender os diversos pólos. As bancas examinadoras serão formadas pelo orientador, pelo tutor presencial e um professor convidado.

10 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Além da realização das atividades de avaliação corresponde a cada um dos módulos ao longo do processo e obedecendo as normas legais para o funcionamento de cursos a distância, a avaliação de desempenho do aluno vai incluir o resultado de provas presenciais e da apresentação de um trabalho de final de curso.

A atividade de avaliação do módulo deverá ser realizada quando finalizar o estudo do módulo e encaminhada ao tutor para ser corrigida e valorada de acordo com o aproveitamento.

O resultado do processo de avaliação deverá ser expresso em um único conceito que represente todas as atividades desenvolvidas e conforme os seguintes critérios:

COMPOSIÇÃO PESOS PARA NOTAS POR DISCIPLINAS	
PROVA PRESENCIAL	60,00%
TAREFA	20,00%
QUESTIONÁRIO	10,00%
NOTA DE PARTICIPAÇÃO (CHAT,PAINEL)	4,00%
PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS	4,00%
PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO DO TEMA	2,00%
TOTAL DA NOTA POR DISCIPLINA	100,00%

Para que seja aprovado no conjunto dos módulos, o aluno deverá ter obtido no mínimo nota igual ou superior a 7.0 (sete).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p.9

_____. O Parecer CNE/CP 5/2006, que aprecia indicação CNE/CP Nº 2/2002 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica. Brasília, **XX de XXX de 2006**.

_____. Parecer CNE/CP nº 5/2005. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília, 13 de dezembro de 2005.

_____. Resolução nº 2 de 18 de fevereiro de 2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Resolução nº 2/1998. Diário Oficial da União, Brasília 15 de abril de 1998. Seção 1, p.31 – Alterada pela Resolução CNE/CEB 1, de 31 de janeiro de 2006.

_____. Resolução nº 02 de XX de XXXX de 1997, Brasília: MEC, 1997.

_____. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade em EAD para cursos de educação a distância**. Brasília, 2003.

_____. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade em EAD para cursos de educação a distância**. Brasília, 2003.

_____. Secretaria de Educação a Distância. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Resolução nº. 067/2006 – CEE. São Luís, 06 de abril de 2006. Parecer nº. 082/2006 – CEE, São Luís 06/04/2006.

DUARTE, Sebastião Moreira. **O Projeto pedagógico dos cursos de graduação – Guia Prático de Redação**. UEMA, São Luís, 2000.

FRAGALE FILHO, Roberto (Org). **Educação a distância: análise dos Parâmetros Legais e Normativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1999.

GERALDI, João Wanderley. **Concepções de linguagem e ensino de Português**. In: _____ (org.). O texto na sala de aula. 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da tutoria em educação a distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LITWIN, Edith. **Educação a distância:** temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MORAES, Raquel de Almeida (Org). **Linguagens e interatividade na educação a distância.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre, Artmed, 2002.

_____. **Avaliação:** de Excelência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre: Arte Médicas, 1999.

SANTOS, Clóvis Roberto (Org). **Avaliação educacional:** um olhar reflexivo sobre a sua prática. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (Org). **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** (Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996). Programa de Qualificação de Docentes, São Luís, 2003.

_____. Resolução 239/2000-CONSUN. **Cria o núcleo de educação a distância da Universidade Estadual do Maranhão.** São Luís, 4 de agosto de 2000.

_____. Resolução 423/2003-CONSUN. **Aprova as normas gerais do ensino de graduação da UEMA.** São Luís, 4 de dezembro de 2003.

